

Abrigo e afetividade

* *Vania Conselheiro Sequeira*

O acolhimento institucional de meninos e meninas por motivo de violência praticada pela família é uma medida de proteção que deve ser usada quando outras tentativas de proteger a criança falharem. Dessa forma, é importante ressaltar que o abrigo deveria ser a última medida a se tomar na defesa de uma criança. No entanto, as mais diversas situações de violência em nosso país, principalmente a negligência, levam ao abrigo. Se olharmos atentamente para isso, veremos que a família *negligente*, ou seja, aquela na qual faltam cuidados que preservem a criança e seu desenvolvimento pleno, ainda tem vínculos afetivos com suas crianças, mas não tem condições práticas e materiais de cuidar delas, encontra-se desamparada em termos de políticas públicas e sociais. Diante disso, as medidas de proteção deveriam incluir efetivamente um trabalho com essas famílias.

Garantir proteção à criança é fundamental, mas retirá-la de sua rede afetiva pode se tornar outra violência, porque a institucionalização pode colocá-la em situação de isolamento afetivo e em uma rotina massificadora. A casa de acolhimento tem uma função bem ampla, não deve apenas garantir alimentação, acesso à escola, banho, cama e roupas limpas, mas precisa garantir à criança, seja qual for o motivo do acolhimento, seu pleno desenvolvimento. Uma criança limpa, alimentada e cuidada ficará bem imediatamente, mas se o que for dado a ela não lhe nutrir afetivamente, essa criança apresentará problemas diversos.

Após a vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a violência que atualmente encontramos nos abrigos raramente é física e concreta. Embora essa forma de violência ainda aconteça, ela é mais sutil, observada principalmente no campo das relações. Pode aparecer na indiferença com o que a criança está falando, fazendo ou sentindo, no não entendimento do que ocorre com o menino ou menina acolhida, como se o abrigo fosse o grande protetor que tudo oferece e a criança fosse um ser ingrato incapaz de retribuir o que recebe.

Muitas vezes, há uma negação da história da criança antes do acolhimento, das situações de violência, negligência ou abandono vividas por ela. É como se o menino ou menina abrigada fosse uma página em branco, sem história, sem marcas. Há ainda uma expectativa de que ela deveria se comportar direitinho, não quebrar os brinquedos, não responder, não bater nos novos amiguinhos, não xingar; enfim, de que ela não expresse o que sente e que aceite passivamente o novo ambiente. O abrigo por definição é um lugar de acolhimento, inclusive provisório, ou pelo menos assim deveria ser.

Mas, como transformar o abrigo em um lugar acolhedor? Um lugar acolhedor pode ser definido a partir de manifestações de afeto, com relações verdadeiras e não estereotipadas entre os seus membros. Ambiente em que as pessoas possam conversar, trocar experiências, contar histórias, manter contatos por meio de gestos e palavras que dão sentido ao que acontece ali. As práticas domésticas podem ser compartilhadas, não necessariamente como em um regime militar, mas incentivando a cooperação e a contribuição de todos para o bem estar coletivo. Os papéis devem ser bem definidos entre as pessoas, existindo liberdade de expressão e respeito.

Podemos ilustrar essa ideia de lugar acolhedor através de experiências. Por meio de uma conversa acolhedora, uma educadora conseguiu transformar a fila de crianças apressadas para comer e ir brincar no pátio em um momento de compartilhamento de experiências, quando pode contar sobre sua experiência de vida. Na ocasião, ela trouxe uma foto de infância, que mostrava o lugar simples onde morava, contou que pedia dinheiro na rua para poder comer, falou sobre a morte de sua mãe, a pobreza de sua avó, o afeto por sua madrinha que resolveu adotá-la e os caminhos de sua vida depois disso. As crianças ficaram tão surpresas com a revelação de que a educadora já havia vivido uma situação parecida com a delas e mesmo assim seguiu em frente, que nem quiseram sair correndo para o pátio, mas, pelo contrário, participaram muito da conversa, perguntando todos os detalhes. Com certeza, essa experiência melhorou a relação entre a educadora e algumas crianças que puderam ouvi-la.

* *Vania Conselheiro Sequeira é psicóloga e supervisora de estágios em psicologia jurídica da Universidade Presbiteriana Mackenzie, em São Paulo.*